3. CENÁRIOS PARA A DÍVIDA PÚBLICA[71]

De acordo com informações do Banco Central e do IBGE, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 77,9% do PIB em outubro[72], aumento de 4,1 p.p. em relação a dezembro de 2023. O aumento do indicador neste ano decorreu, principalmente, da menor influência do crescimento do PIB sobre a dívida. De acordo com os fatores condicionantes da dívida bruta, divulgados pelo Banco Central, em 12 meses, a contribuição do PIB para a razão dívida/PIB foi de redução de 5,0 p.p. em outubro, contra 5,7 p.p. em dezembro de 2023. Ao mesmo tempo, a despesa de juros manteve-se mais ou menos no mesmo patamar (+7,4 p.p. em outubro, contra +7,5 p.p. do PIB em dezembro de 2023).

Essa menor contribuição do PIB nominal para a queda, ou mesmo estabilidade, da relação dívida/PIB, deverá continuar nos próximos meses em função da expectativa de menor crescimento da economia em 2025, na comparação com 2024 (e mesmo com 2023). Os prováveis déficits primários do setor público nos próximos anos e maiores juros elevarão o endividamento bruto.

Os cenários traçados pela IFI para a evolução da dívida bruta nos próximos anos consideram o Regime Fiscal Sustentável, disciplinado na Lei Complementar nº 200, de 2023. As simulações realizadas indicam que, mesmo com a vigência da nova regra fiscal que limitará o crescimento das despesas primárias do governo central a percentuais de variação da receita líquida, a estabilização da dívida pública só seria alcançada com o aumento continuado das receitas, o que parece pouco crível em um contexto de elevada carga tributária no país.

O crescimento de diversas despesas primárias obrigatórias, diante da vulnerabilidade das medidas de contenção de gastos, tornará o cumprimento das metas de resultado primário do governo central mais desafiador. As projeções da IFI para a dívida bruta, considerando os cenários macroeconômico e fiscal discutidos anteriormente, indicam elevação do indicador em todo o horizonte de projeção (2024-2034) no cenário base.

É claro que tal trajetória de dívida poderá mudar, caso o governo consiga elevar a receita recorrente considerada para o cálculo dos limites para a despesa primária. Os cenários indicam que eventuais frustrações de receitas não apenas dificultarão o cumprimento das metas fiscais, como trarão riscos para a credibilidade da política fiscal.

3.1 Projeções

Na revisão de cenários apresentada em junho passado, a IFI projetava a DBGG, indicador calculado pelo Banco Central, em 78,0% do PIB para dezembro de 2024. Agora, a projeção para o indicador passou a ser de 78,3% do PIB no fim do ano (Gráfico 10). As duas estimativas não são comparáveis em razão da revisão promovida pelo IBGE nas séries das Contas Nacionais Trimestrais em dezembro (quando da divulgação do resultado do PIB do terceiro trimestre de 2024). Essa revisão do IBGE ocorre anualmente e afeta os valores das contas nacionais do ano corrente e do ano anterior. No caso dessa última revisão, 2023 e 2024.

Além de ter revisto o crescimento real da economia de 2023 para cima, o IBGE também alterou o deflator implícito do PIB e os valores do PIB nominal, que ficaram maiores no ano passado. Assim, a relação dívida/PIB ficou menor, em 2023, com os novos valores das contas nacionais. A título de ilustração, antes dessa revisão, a DBGG de dezembro de 2023 havia sido de 74,4% do PIB. Agora, a partir de cálculos feitos pela IFI[73], a DBGG deve ter encerrado o ano passado no nível de 73,8% do PIB (Gráfico 10).

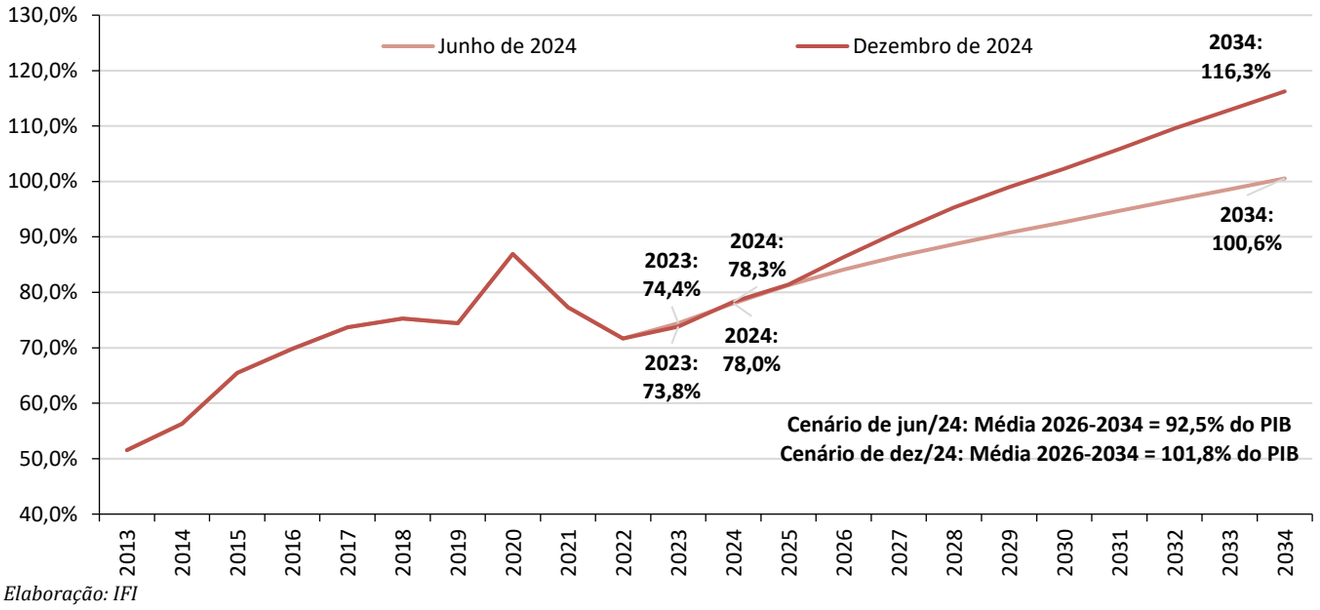
---

[71] Acesse o relatório completo por aqui: https://www12.senado.leg.br/ifi/publicacoes-1/relatorio/2024/dezembro/relatorio-de-acompanhamento-fiscal-dezembro-2024.

[72] Trata-se de uma estimativa feita pela IFI a partir das informações mais recentes do IBGE para as Contas Nacionais Trimestrais e do Banco Central.

[73] Importante ressalvar que se trata de uma conta feita pela IFI a partir dos novos valores das Contas Nacionais Trimestrais e da série do PIB mensal calculada pelo Banco Central. Os valores oficiais para a DBGG em proporção do PIB serão divulgados pelo Banco Central no fim de dezembro de 2024, quando o BC atualizará a série do PIB mensal com a revisão promovida pelo IBGE.

GRÁFICO 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG EM MOMENTOS SELECIONADOS (2024-2034) - % DO PIB



Elaboração: IFI

O Gráfico 10 apresenta também os novos valores estimados pela IFI para a dívida bruta de 2024 a 2034 no cenário base. Percebe-se um forte aumento das projeções em dezembro, na comparação com o cenário divulgado em junho. Basicamente, isso ocorreu em razão da piora nas projeções para o déficit primário do setor público e para os juros reais implícitos da dívida.

Considerando as estimativas de curto prazo, houve melhora na projeção do déficit primário de 2024, em dezembro, na comparação com junho (0,4% do PIB contra 0,7% do PIB). Para a taxa real de juros implícita da dívida, a estimativa permaneceu praticamente inalterada (6,3% a.a. antes e 6,1% a.a. agora). Para 2025, houve piora na projeção da taxa real de juros implícita da dívida, que passou de 5,9% a.a., em junho, para 7,8% a.a., agora.

No médio prazo (de 2026 em diante), tanto as projeções de resultado primário do setor público, quanto de juros reais implícitos da dívida bruta pioraram. A Tabela 8 apresenta um comparativo entre as projeções médias, para algumas variáveis que afetam a dinâmica do endividamento do setor público, nas revisões de cenário apresentadas pela IFI em junho passado e agora em dezembro.

TABELA 8. PRINCIPAIS PREMISSAS MACROECONÔMICAS E FISCAIS PARA OS CENÁRIOS DE DÍVIDA - MÉDIAS DE 2026 A 2034 DAS REVISÕES APRESENTADAS EM JUN/24 E DEZ/24 NO CENÁRIO BASE

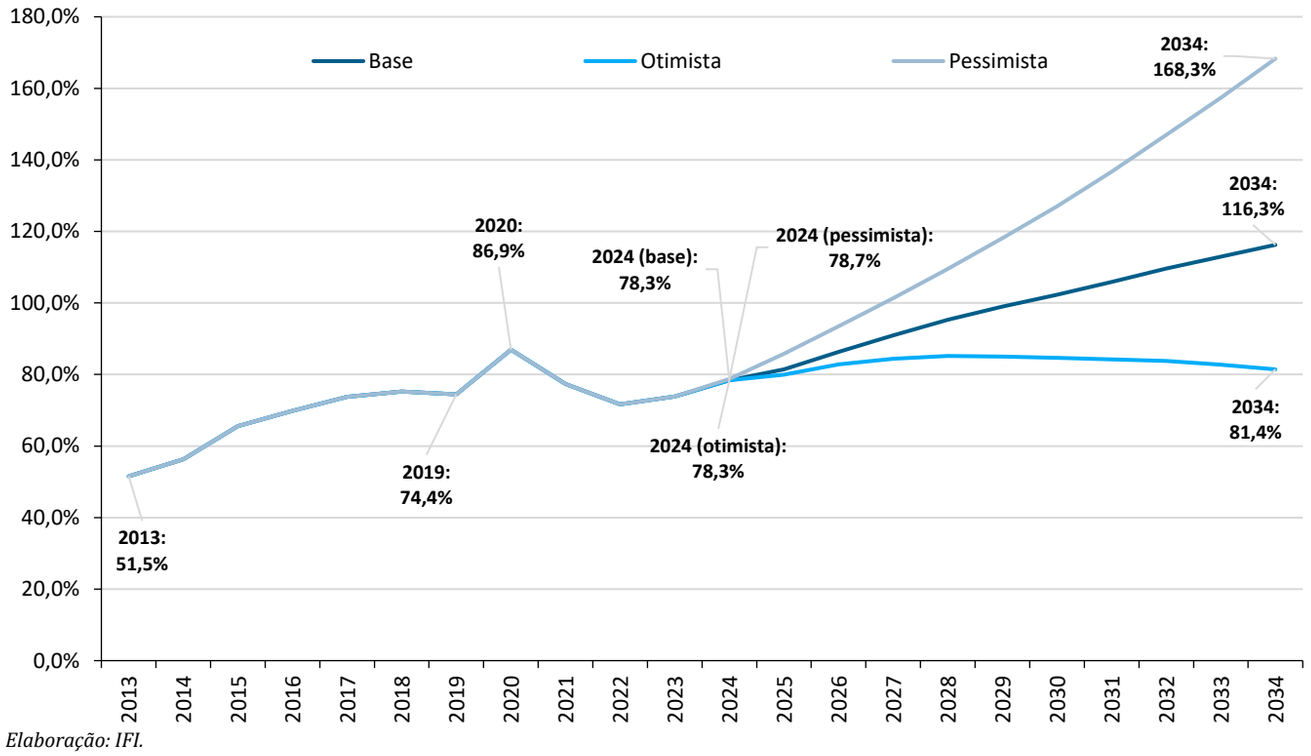
Cenário base		
	jun/24	**dez/24**
Resultado primário do setor público consolidado (R$ bilhões)	-165,8	-226,6
Resultado primário do setor público consolidado (% do PIB)	-1,0%	-1,3%
PIB nominal (R$ bilhões)	16.727	17.084
Crescimento real do PIB (%)	2,2%	2,2%
Taxa implícita real da dívida (% a.a.)	4,2%	5,6%
Dívida bruta (% do PIB)	**92,5%**	**101,8%**

Fonte: IFI.

Conforme a Tabela 8, a média anual do déficit primário do setor público projetado pela IFI, em junho, era de 1,0% do PIB, projeção elevada para 1,3% do PIB agora. Os juros reais implícitos da dívida passaram de 4,2% a.a., na média de 2026 a 2034, para 5,6% a.a. em dezembro. A mudança na trajetória dos juros implícitos foi determinante para a piora nas estimativas da dívida nos anos à frente. O aumento nos juros projetados explica-se pelo ciclo de alta da Selic, iniciado pelo Banco Central no segundo semestre de 2024, assim como pela piora dos prêmios de risco e pela elevação na taxa neutra de juros da economia, conforme explicado na seção do Contexto Macroeconômico deste RAF.

O crescimento esperado para a dívida bruta nos próximos anos expõe os desafios para o cumprimento das metas de resultado primário do governo central ora estipuladas. As metas se apoiam, fundamentalmente, na elevação das receitas primárias recorrentes, além do controle da despesa primária. Importante destacar riscos que possam comprometer o crescimento projetado para a economia e as eventuais frustrações das medidas pretendidas pelo Executivo para aumentar a arrecadação nos próximos anos. A concretização de tais riscos pode afetar a confiança na sustentabilidade das contas públicas no médio e no longo prazo. O Gráfico 11 consolida as trajetórias esperadas nos três cenários da IFI.

GRÁFICO 11. PROJEÇÕES DA IFI PARA A DBGG NOS DIFERENTES CENÁRIOS - % DO PIB



Elaboração: IFI.

A Tabela 9, por sua vez, traz as projeções para a DBGG em percentual do PIB nos três cenários de médio prazo da IFI.

TABELA 9. PROJEÇÕES PARA A DBGG EM % DO PIB ATÉ 2034 – RAF DE JUN/24 E ATUAL

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	jun/24	dez/24	jun/24	dez/24	jun/24	dez/24
2017	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%	73,7%
2018	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%	75,3%
2019	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%	74,4%
2020	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%
2021	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%	77,3%
2022	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%	71,7%
2023	74,4%	73,8%	74,4%	73,8%	74,4%	73,8%
2024	78,0%	78,3%	77,2%	78,3%	79,3%	78,7%
2025	81,3%	81,4%	78,6%	80,0%	84,3%	85,8%
2026	84,1%	86,3%	78,3%	82,8%	90,2%	93,4%
2027	86,5%	91,0%	77,4%	84,4%	96,7%	101,3%
2028	88,7%	95,3%	76,4%	85,2%	103,7%	109,5%
2029	90,8%	99,0%	75,4%	85,0%	111,6%	118,1%
2030	92,7%	102,3%	73,9%	84,6%	119,9%	127,0%
2031	94,7%	105,9%	72,3%	84,2%	128,9%	136,7%

Ano	Base		Otimista		Pessimista	
	jun/24	dez/24	jun/24	dez/24	jun/24	dez/24
2032	96,6%	109,6%	70,4%	83,8%	138,5%	147,0%
2033	98,6%	112,9%	68,3%	82,7%	148,8%	157,4%
2034	100,6%	116,3%	65,9%	81,4%	159,8%	168,3%

Fonte: IFI.

A Tabela 10 atualiza o exercício, sempre apresentado pela IFI, que ilustra o resultado primário anual requerido para estabilizar a DBGG como proporção do PIB. No caso, estabilizar a dívida no nível de 73,8% do PIB, nível do indicador no fim de 2023.

TABELA 10. RESULTADO PRIMÁRIO ANUAL REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 73,8% DO PIB (NÍVEL DE 2023)

DBGG em 2023		Juros Reais implícitos da DBGG (% a.a.)							
73,8%		0,5%	1,0%	2,0%	3,5%	4,2%	4,5%	5,0%	5,6%
PIB real (% a.a.)	0,5%	0,0%	0,4%	1,1%	2,2%	2,7%	2,9%	3,3%	3,7%
	1,0%	-0,4%	0,0%	0,7%	1,8%	2,3%	2,6%	2,9%	3,4%
	1,5%	-0,7%	-0,4%	0,4%	1,5%	2,0%	2,2%	2,5%	3,0%
	2,2%	-1,3%	-0,9%	-0,2%	0,9%	1,4%	1,6%	2,0%	2,4%
	2,5%	-1,4%	-1,1%	-0,4%	0,7%	1,2%	1,4%	1,8%	2,2%
	3,0%	-1,8%	-1,4%	-0,7%	0,4%	0,9%	1,1%	1,4%	1,9%
	3,5%	-2,1%	-1,8%	-1,1%	0,0%	0,5%	0,7%	1,1%	1,5%

Fonte: Elaboração IFI.

A Tabela 10 evidencia o aumento do esforço necessário para estabilizar a dívida pública a partir das novas projeções macroeconômicas e fiscais da IFI. Considerando o nível de endividamento bruto do fim de 2023, 73,8% do PIB, seria necessário um superávit primário do setor público consolidado de 2,4% do PIB por ano para estabilizar a dívida (com crescimento real médio da economia de 2,2% e juros reais implícitos de 5,6% a.a.). Em junho passado, o primário requerido calculado para estabilizar a dívida foi de 1,4% do PIB.

O exercício reproduzido na tabela indica o resultado primário requerido para estabilizar a dívida para diferentes níveis de crescimento econômico e de taxa de juros. Por exemplo, maior crescimento econômico diminui os valores do resultado primário necessários para a estabilização. Na hipótese de juros reais em 2,0% a.a. e de crescimento do PIB de 3,5% a.a., até mesmo um déficit primário de 1,1% do PIB estabilizaria a dívida bruta no nível de dezembro de 2023 (73,8% do PIB).

Por fim, a Tabela 11 apresenta as projeções para os resultados primário e nominal, além da despesa de juros, nos três cenários de referência. As projeções indicam a persistência de déficits nominais expressivos, em razão da despesa de juros relativamente elevada. Apenas no cenário otimista, em que o setor público alcança superávits primários de 2027 em diante, o déficit nominal cai com mais força.

TABELA 11. RESULTADO NOMINAL, PRIMÁRIO E DESPESA DE JUROS DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO (% DO PIB)

Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2018	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%	-7,0%	-1,5%	5,4%
2019	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%	-5,8%	-0,8%	5,0%
2020	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%	-13,3%	-9,2%	4,1%
2021	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%	-4,3%	0,7%	5,0%
2022	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%	-4,6%	1,2%	5,8%
2023	-8,9%	-2,3%	6,6%	-8,9%	-2,3%	6,6%	-8,9%	-2,3%	6,6%
2024	-8,0%	-0,4%	7,7%	-8,1%	-0,4%	7,8%	-8,5%	-0,4%	8,1%
2025	-9,6%	-0,7%	8,9%	-8,8%	-0,1%	8,7%	-12,0%	-1,7%	10,3%

Ano	Base			Otimista			Pessimista		
	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros	Resultado nominal	Resultado primário	Juros
2026	-9,7%	-1,1%	8,6%	-8,0%	-0,1%	7,9%	-12,5%	-2,0%	10,5%
2027	-9,4%	-1,0%	8,4%	-6,9%	0,1%	7,0%	-12,9%	-2,3%	10,6%
2028	-9,3%	-1,2%	8,1%	-6,2%	0,1%	6,3%	-13,4%	-2,4%	11,0%
2029	-8,8%	-1,3%	7,5%	-5,3%	0,2%	5,4%	-14,3%	-2,8%	11,5%
2030	-8,7%	-1,4%	7,2%	-5,1%	0,2%	5,3%	-15,2%	-3,3%	11,9%
2031	-8,7%	-1,6%	7,1%	-4,9%	0,3%	5,2%	-16,5%	-3,6%	12,9%
2032	-8,8%	-1,7%	7,1%	-4,9%	0,3%	5,2%	-17,8%	-3,9%	13,9%
2033	-8,4%	-1,3%	7,1%	-4,3%	0,9%	5,2%	-18,5%	-3,5%	15,0%
2034	-8,3%	-1,2%	7,1%	-4,0%	1,1%	5,2%	-19,7%	-3,6%	16,1%

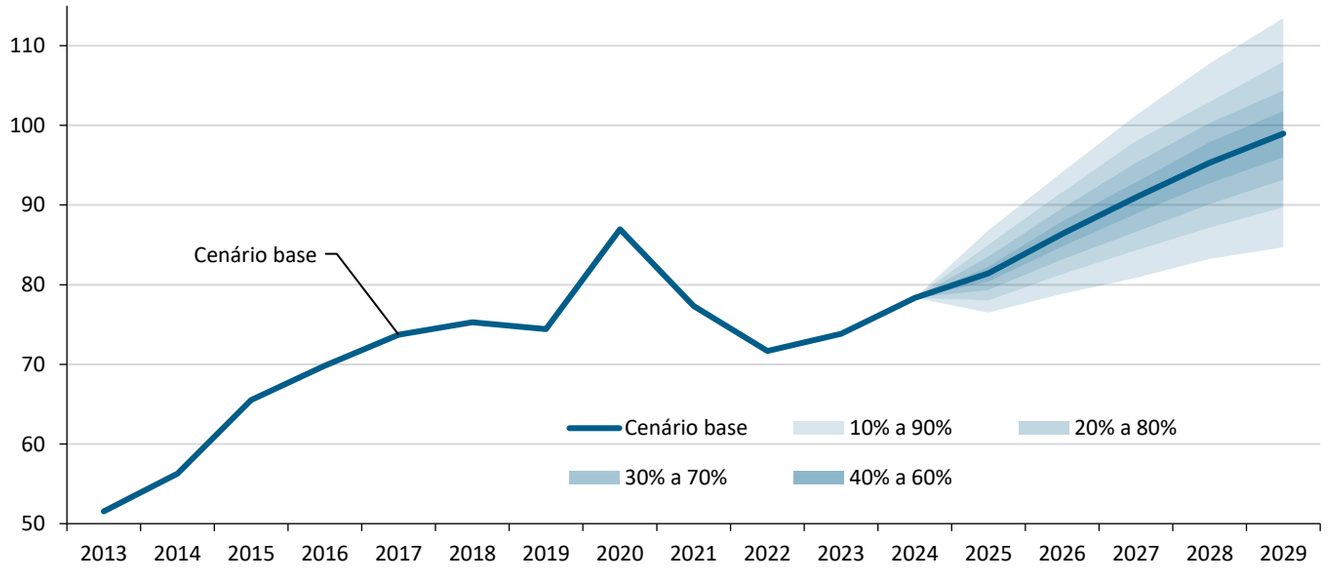
Fonte: IFI.

3.1.1 Cenários estocásticos para a dívida

A fim de mensurar o risco de que certas trajetórias de dívida se concretizarem no futuro, as análises acima podem ser complementadas com a simulação de 1.500 cenários alternativos (estocásticos) ao redor do cenário base. O Gráfico 12, abaixo, apresenta essas trajetórias em forma de faixas de probabilidade[74]. A Tabela 12 é mais explícita, mostrando numericamente algumas estimativas de interesse.

Estima-se que a probabilidade de a DBGG cruzar o limiar de 90% do PIB, em algum ano entre 2025 e 2029, é de 82,9%. Analisando-se anualmente, a Tabela 12 aponta, na segunda linha, que o risco de a DBGG estar acima dos 90% cresce com o passar dos anos. Por exemplo, a probabilidade referente a 2027 é superior a 50%.

GRÁFICO 12. CENÁRIO BASE E CENÁRIOS ESTOCÁSTICOS (FAN CHART) PARA A DBGG (% PIB)



Fonte: IFI. Nota explicativa: os valores no eixo esquerdo indicam o percentual que a DBGG representa do PIB. Os percentuais indicados na legenda, na parte inferior do gráfico, indicam faixas de probabilidade que se sobrepõem visualmente, de fora para dentro. Por exemplo, 20% dos valores simulados situam-se na faixa central, com rótulo "40% a 60%" (pois 60 - 40 = 20). Ou ainda, 80% dos valores situam-se na faixa mais externa, com rótulo "10% a 90%" (pois 90 - 10 = 80).

[74] Para explicações sobre a metodologia, confira o Estudo Especial nº 18 e a Nota Técnica nº 54, publicados pela IFI, disponíveis em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/645203/EE18.pdf e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/651183/NT54_Sensibilidade_cenarios_estocasticos_divida.pdf

TABELA 12. ESTIMATIVAS DE PROBABILIDADE

Probabilidade	Estimativa				
Geral					
Probabilidade de que a DBGG cruzará o limiar dos 90% do PIB **em algum ano** entre 2025 e 2029	82,9%				
Anual					
	2025	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Probabilidade de que a DBGG estará acima de 90% do PIB, **em cada ano**	2,6%	28,4%	55,3%	70,4%	79,3%

Elaboração: IFI.
- Nota de interpretação: tanto no caso "geral" quanto no "anual", as probabilidades incluem situações em que a DBGG está acima dos 90% em um ano (por exemplo, 2028), sendo que cruzou os 90% em algum ano anterior (por exemplo, 2026). Também inclui situações em que a DBGG cai abaixo dos 90%, mesmo após ter ficado acima desse limiar em anos anteriores.
- Nota matemática: sendo D_t a dívida em t, a probabilidade "geral" é dada por $1 - P(D_{2025} \leq 0{,}9, D_{2026} \leq 0{,}9, D_{2027} \leq 0{,}9, D_{2028} \leq 0{,}9, D_{2029} \leq 0{,}9)$. As probabilidades "anuais" são dadas por $P(D_{2025} > 0{,}9)$, $P(D_{2026} > 0{,}9)$, $P(D_{2027} > 0{,}9)$, $P(D_{2028} > 0{,}9)$ e $P(D_{2029} > 0{,}9)$.
*Ou seja, a probabilidade "geral" é calculada a partir da distribuição **conjunta**, ao passo que as "anuais" são calculadas a partir das distribuições **marginais**.*

O primeiro valor reportado acima (82,9%, o caso "geral" da Tabela 12) é bastante superior ao estimado no último RAF de revisão de cenários (junho de 2024, 49,6%). A explicação para a alta, assim como naquela ocasião, é a mesma: a dívida no cenário base passou a crescer mais aceleradamente. Como o *fan chart* é sempre construído ao redor do cenário base (que é a mediana), a chance de a DBGG ultrapassar os 90% do PIB também cresceu.

A largura do *fan chart* serve como medida de incerteza em relação às trajetórias. Essa largura praticamente não aumentou em relação a junho. Naquele relatório, a diferença entre os percentis 90% e 10%, no último ano simulado (2028), era de 26,3 p.p. do PIB. Neste RAF, é de 28,8 p.p. do PIB (em 2029). Essa estabilidade ocorre mesmo tendo-se ampliado a amostra, com a inclusão de 2024. Isto é, os valores de 2024 do cenário base, das variáveis relevantes para a simulação, foram tomados como realizados, uma vez que o fim do ano está muito próximo. Com isso, o presente ano também passou a fazer parte da amostra usada no sorteio dos choques que alimentam os cenários estocásticos.[75]

Outra utilidade da largura do *fan chart* é permitir um teste de plausibilidade para os cenários otimista e pessimista determinísticos, apresentados anteriormente neste relatório. A DBGG em 2029, no cenário otimista (85% do PIB), está muito próxima do menor percentil do *fan chart* (84,7% do PIB). Ou seja, o cenário é compatível com a volatilidade histórica recente das variáveis macrofiscais brasileiras. Conclusão semelhante vale para o cenário pessimista. A DBGG em 2029 seria de 118,1% do PIB nesse caso, valor próximo do maior percentil do *fan chart*, que é igual a 113,5% do PIB.

[75] A série histórica usada para gerar os cenários é anual e composta pelos seguintes anos: 2013 a 2019, 2022 a 2024. Portanto, os anos mais críticos de pandemia de Covid-19 (2020 e 2021) foram desconsiderados. Para considerações metodológicas sobre a escolha do intervalo histórica, confira a NT nº 54 da IFI, referenciada acima.

TABELA 13. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Receita Bruta	**21,5**	**22,7**	**22,8**	**22,8**	**22,7**	**22,6**	**22,6**	**22,5**	**22,5**	**22,4**	**22,3**	**22,3**
Transferências por repartição de receita a E&M	**4,1**	**4,4**	**4,5**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**
Receita Liquida	**17,4**	**18,2**	**18,3**	**18,2**	**18,1**	**18,0**	**17,9**	**17,9**	**17,9**	**17,8**	**17,8**	**17,8**
Despesa Primária	**19,5**	**18,7**	**19,0**	**19,2**	**19,1**	**19,1**	**19,2**	**19,3**	**19,4**	**19,5**	**19,0**	**18,9**
Obrigatória	**17,8**	**17,2**	**17,5**	**17,7**	**17,7**	**17,7**	**17,8**	**17,9**	**18,0**	**18,1**	**17,7**	**17,6**
Benefícios previdenciários	8,2	8,0	8,3	8,5	8,6	8,7	8,7	8,7	8,8	8,8	8,8	8,8
Pessoal e encargos sociais	3,3	3,1	3,2	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,7
Benefícios de prestação continuada	0,8	0,9	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2	1,3
Abono salarial e seguro desemprego	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Complementação da União ao Fundeb	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Benefícios a servidores	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Crédito extraordinário	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,1	1,1
Outras despesas obrigatórias	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	**1,7**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,3**	**1,3**	**1,3**
Resultado primário	**-2,1**	**-0,4**	**-0,7**	**-1,0**	**-1,0**	**-1,1**	**-1,3**	**-1,4**	**-1,6**	**-1,6**	**-1,2**	**-1,2**
Memo:												
PIB nominal (R$ bilhões)	**10.943,3**	**11.808,8**	**12.600,3**	**13.407,8**	**14.224,5**	**15.048,0**	**15.935,9**	**16.883,8**	**17.889,2**	**18.958,3**	**20.100,1**	**21.305,1**

TABELA 14. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Receita Bruta	**21,5**	**22,7**	**22,4**	**22,4**	**22,3**	**22,2**	**22,2**	**22,3**	**22,2**	**22,3**	**22,3**	**22,3**
Transferências por repartição de receita a E&M	**4,1**	**4,4**	**4,5**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**	**4,6**
Receita Liquida	**17,4**	**18,3**	**17,8**	**17,8**	**17,7**	**17,6**	**17,6**	**17,7**	**17,7**	**17,7**	**17,7**	**17,7**
Despesa Primária	**19,5**	**18,7**	**19,2**	**19,5**	**19,7**	**19,8**	**20,1**	**20,4**	**20,7**	**20,9**	**20,6**	**20,6**
Obrigatória	**17,8**	**17,2**	**17,7**	**18,0**	**18,2**	**18,4**	**18,7**	**19,0**	**19,2**	**19,5**	**19,2**	**19,3**
Benefícios previdenciários	8,2	8,0	8,4	8,7	8,8	9,0	9,1	9,2	9,3	9,4	9,5	9,6
Pessoal e encargos sociais	3,3	3,1	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Benefícios de prestação continuada	0,8	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3
Abono salarial e seguro-desemprego	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,5	0,7	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Benefícios a servidores	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Crédito extraordinário	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Bolsa Família	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Outras despesas obrigatórias	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Despesas discricionárias	**1,7**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,4**
Resultado primário	**-2,1**	**-0,4**	**-1,3**	**-1,7**	**-2,0**	**-2,2**	**-2,5**	**-2,7**	**-3,0**	**-3,2**	**-2,9**	**-2,9**
Memo:												
PIB nominal (R$ bilhões)	**10.943,3**	**11.791,0**	**12.576,3**	**13.394,0**	**14.215,8**	**15.054,1**	**15.944,2**	**16.891,2**	**17.899,1**	**18.973,3**	**20.122,5**	**21.337,3**

TABELA 15. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Receita Bruta	**21,7**	**22,7**	**22,7**	**22,6**	**22,3**	**22,2**	**22,0**	**21,9**	**21,8**	**21,7**	**21,6**	**21,4**
Transferências por repartição de receita a E&M	**4,2**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**	**4,5**
Receita Liquida	**17,5**	**18,2**	**18,2**	**18,1**	**17,8**	**17,7**	**17,4**	**17,4**	**17,3**	**17,1**	**17,0**	**16,9**
Despesa Primária	**19,6**	**19,2**	**19,5**	**19,6**	**19,8**	**19,9**	**20,1**	**20,1**	**20,2**	**20,3**	**20,3**	**20,4**
Obrigatória	**17,9**	**17,6**	**17,9**	**18,1**	**18,3**	**18,4**	**18,6**	**18,7**	**18,8**	**18,8**	**18,9**	**19,0**
Benefícios previdenciários	8,3	8,2	8,5	8,6	8,7	8,9	9,0	9,1	9,2	9,4	9,5	9,5
Pessoal e encargos sociais	3,4	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1
Benefícios de prestação continuada	0,9	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,2
Abono salarial e seguro-desemprego	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Complementação da União ao Fundeb	0,3	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Fundo Constitucional do DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Lei Kandir	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Apoio financeiro aos subnacionais	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Subsídios, subvenções e proagro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças e precatórios (custeio e capital)	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Benefícios a servidores	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Saúde (obrigatória)	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	1,2	1,2	1,2
Educação (obrigatória)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Outros poderes (custeio e capital)	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Crédito extraordinário	0,0	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Programa Bolsa Família	1,5	1,5	1,5	1,4	1,4	1,4	1,4	1,3	1,3	1,3	1,3	1,3
Outras despesas obrigatórias	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesas discricionárias	**1,7**	**1,6**	**1,6**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,5**	**1,4**	**1,4**	**1,4**	**1,4**
Resultado primário	**-2,1**	**-1,0**	**-1,3**	**-1,5**	**-2,0**	**-2,2**	**-2,6**	**-2,8**	**-2,9**	**-3,1**	**-3,3**	**-3,4**
Memo:												
PIB nominal (R$ bilhões)	**10.856,1**	**11.533,4**	**12.247,6**	**13.022,8**	**13.823,4**	**14.669,7**	**15.554,7**	**16.511,0**	**17.508,3**	**18.567,5**	**19.687,4**	**20.870,4**

Projeções da IFI

CURTO PRAZO

Projeções da IFI	2024			2025		
	Nov/24	Dez/24	Comparação	Nov/24	Dez/24	Comparação
PIB – crescimento real (% a.a.)	2,81	3,53	▲	1,80	1,86	▲
PIB – nominal (R$ bilhões)	11.578,66	11.808,80	▲	12.249,07	12.600,26	▲
IPCA – acum. (% no ano)	4,42	4,93	▲	3,66	4,44	▲
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)	5,40	5,95	▲	5,47	5,95	▲
Ocupação - crescimento (%)	2,50	2,70	▲	1,20	1,02	▼
Massa salarial - crescimento (%)	7,01	6,81	▼	2,41	2,24	▼
Selic – fim de período (% a.a.)	11,50	12,25	▲	10,00	14,25	▲
Juros reais ex-ante (% a.a.)	6,17	7,50	▲	5,48	7,18	▲
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,83	-0,36	▲	-1,10	-0,71	▲
dos quais Governo Central	-0,83	-0,42	▲	-1,20	-0,71	▲
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	8,08	7,68	▼	7,48	8,91	▲
Resultado Nominal (% do PIB)	-8,90	-8,03	▲	-8,58	-9,62	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	80,01	78,33	▼	82,21	81,42	▼

MÉDIO PRAZO

		Projeções										
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
PIB – crescimento real (% a.a.)	**3,24**	3,53	1,86	2,13	2,16	2,18	2,22	2,27	2,27	2,29	2,34	2,31
PIB – nominal (R$ bilhões)	**10.943**	11.809	12.600	13.408	14.224	15.048	15.936	16.884	17.889	18.958	20.100	21.305
IPCA – acum. (% no ano)	**4,62**	4,93	4,44	3,64	3,30	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)	**4,84**	5,95	5,95	6,05	6,12	6,18	6,24	6,30	6,37	6,43	6,49	6,56
Ocupação - crescimento (%)	**1,37**	2,70	1,02	1,17	1,19	1,20	1,22	1,25	1,25	1,26	1,29	1,27
Massa salarial - crescimento (%)	**6,91**	6,81	2,24	2,13	2,16	2,18	2,22	2,27	2,27	2,29	2,34	2,31
Selic – fim de período (% a.a.)	**11,75**	12,25	14,25	11,75	10,50	9,50	8,50	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Juros reais ex-ante (% a.a.)	**5,94**	7,50	7,18	6,38	5,78	5,21	4,78	4,81	4,83	4,84	4,84	4,84
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	**-2,29**	-0,36	-0,71	-1,05	-1,04	-1,17	-1,32	-1,45	-1,59	-1,68	-1,28	-1,21
dos quais Governo Central	**-2,44**	-0,42	-0,71	-1,00	-1,03	-1,14	-1,29	-1,41	-1,55	-1,65	-1,24	-1,17
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	**6,62**	7,68	8,91	8,63	8,39	8,12	7,51	7,23	7,11	7,11	7,07	7,07
Resultado Nominal (% do PIB)	**-8,91**	-8,03	-9,62	-9,68	-9,43	-9,29	-8,84	-8,68	-8,70	-8,79	-8,35	-8,28
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	**73,8**	78,3	81,4	86,3	91,0	95,3	99,0	102,3	105,9	109,6	112,9	116,3